

Versão Online

ISBN 978-85-8015-053-7

Cadernos PDE

VOLUME II

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS  
DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE  
Produção Didático-Pedagógica

2009



Secretaria de Estado de Educação – SEED

Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE

---

**CADERNO PEDAGÓGICO**  
**ARTIGO DE OPINIÃO – DA PRODUÇÃO À REVISÃO** (possibilidade 1)  
**REVISÃO DO TEXTO DO ALUNO E O GÊNERO ARTIGO DE PINIÃO**(possibilidade 2)

Professora PDE: Leonice Aparecida Braga Húngaro.

Orientador: Profº. Drº. Renilson José Menegassi - UEM

---

MARINGÁ

2010

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>DADOS DE IDENTIFICAÇÃO.....</b>
<b>2.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>
<b>3.</b>	<b>I PARTE: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>
3.1.	Os gêneros textuais e a revisão do texto.....
3.2.	Correção e avaliação: ensino aprendizagem e as exigências do sistema....
3.3.	Estratégias de revisão textual.....
3.3.1.	Correção indicativa.....
3.3.2.	Correção resolutiva .....
3.3.3.	Correção classificatória.....
3.3.4.	Correção interativa .....
<b>4 -</b>	<b>II PARTE: PARTINDO PARA A PRÁTICA.....</b>
4.1.	Motivadores para ensinar e aprender a escrever o gênero artigo de opinião...
4.2.	A origem do gênero artigo de opinião .....
4.3.	O articulista.....
4.4.	O texto-modelo.....
4.5.	Introdução ao tema - a notícia que deu origem à questão polêmica.....
4.6.	Texto-modelo 1.....
4.7.	Texto-modelo 2.....
4.8.	Uma proposta de atividades de leitura para sequência didática.....
4.8.1.	Atividade 1 – questões de leitura relacionada ao plano lingüístico do objeto textual - texto 01 Desiguais perante a lei de Demétrio Magnóli.....
4.8.2.	Atividade 2 – Questões de leitura relacionadas à ordem discursiva - texto 01- Desiguais perante a lei de Demétrio Magnóli.....
4.9.	Texto opinativo ou de opinião.....
4.9.1.	Atividade 3 – Questões relacionadas às características estruturais do gênero artigo de opinião e Análise de recursos lingüísticos formais - texto 01: Desiguais perante a lei

	de Demétrio Magnóli.....
4.9.2.	Texto 2: uma proposta de análise.....
4. 10.	Atividade de produção textual.....
5.	<b>REFERÊNCIAS</b> .....

## **DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

- 1.1 **Área** - Língua Portuguesa
- 1.2 **Professora PDE** – Leonice Aparecida Braga Húngaro
- 1.3 **NRE** – Maringá
- 1.4 **Professor Orientador**: Renilson José Menegassi
- 1.5 **IES** - Universidade Estadual de Maringá – UEM
- 1.6 **Escola de implementação**: Instituto de Educação Estadual de Maringá
- 1.7 **Público objeto de intervenção**: Alunos do 3º. ano do ensino médio

## **2 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Esse material didático-pedagógico – Caderno Pedagógico - é dividido em duas partes: na primeira é apresentada uma resenha teórica que dará sustentação a uma investigação focada na revisão do texto do aluno pelo professor, na segunda parte, sugerimos uma possibilidade de trabalho com sequência didático-metodológica que visa levar estudantes da terceira série do ensino médio a produzir textos, que permitam ser reconhecidos como fazendo parte do gênero artigo de opinião, gênero alvo de ensino-aprendizagem durante nosso projeto de intervenção pedagógica na escola. Dessa forma, os textos produzidos pelos alunos constituirá o *corpus*, o qual permitirá a efetivação da nossa pesquisa.

Os textos e exercícios apresentados nesse material didático é apenas a parte introdutória do trabalho com o gênero artigo de opinião, uma vez que o passo seguinte consiste na aplicação das oficinas de produção textual disponibilizadas pelo Programa de Desenvolvimento da Educação - Olimpíadas da Língua Portuguesa: escrevendo o futuro<sup>1</sup>. Acreditamos ser prudente um trabalho mais pontual com as características do gênero artigo de opinião antes da aplicação das oficinas, visando, assim, aumentar as chances de sucesso na qualidade dos textos objeto de investigação.

Todo o processo para a produção textual, assim como seu “produto” (o texto considerado finalizado), são, por conseguinte, meio para atingir a finalidade de entender

---

<sup>1</sup> Segundo apresentação contida no “Caderno do professor – orientação para a produção de textos”, a Olimpíada de Língua Portuguesa: escrevendo o futuro é o resultado da parceria entre o Ministério da Educação (MEC), a Fundação Itaú Social e o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), cujo objetivo é proporcionar ensino de qualidade para todos e, assim, fortalecer a educação no país.

melhor a interação entre professor e aluno na revisão de texto, bem como chegar aos comentários do professor que mais contribuem para a melhoria na qualidade do texto em seu processo de reescrita, visto que é esse nosso objetivo primeiro.

Todas as versões do texto do aluno serão comparadas com versões anteriores com vistas à validação da unidade didática em processo, assim, a comparação das versões reescritas, conforme apontamentos do professor, permitirá a visualização empírica do progresso ou não do aluno, na tentativa de adequação do texto ao gênero, dessa forma, será possível corrigir distorções ou até mudar caminhos, se necessário.

### **3 - I PARTE: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Para Bakhtin (1997), é da natureza da palavra querer ser ouvida, buscar uma compreensão “responsiva”, visto que todo texto produzido, seja ele oral ou escrito, visa atingir de alguma forma seu interlocutor, de maneira que esse retorne a comunicação a partir da sua recepção e compreensão, aceitando-o, recusando-o, aplicando-o, completando-o, ou respondendo a ele de alguma maneira (posição responsiva do ouvinte). Assim, também o inverso, ou seja, a falta de resposta a palavra alheia pode interromper a interação e, como explica Bakhtin, para o homem nada é mais desorientador para a palavra do que a falta de resposta do outro, interrompendo-se o processo dialógico.

Se considerarmos esse caráter dialógico da linguagem defendida pelo autor, essa necessidade de resposta própria do homem, a revisão do texto do aluno poderá ser vista como uma forma de o professor não só avaliar o nível de adequação do texto ao projeto de dizer, como interagir com o aluno acerca do tema proposto para a escrita. Ao contrário, a devolutiva de um texto apenas apresentando a nota atribuída pelo professor, caracteriza-se como uma forma de responsividade negativa, por se constituir como uma quase negação do interlocutor professor de ouvir o que o aluno tem a dizer e, esse tipo de “revisão”, seria assim, uma forma de desestímulo a produção textual que é, do ponto vista ao qual nos filiamos, uma atividade escolar fundamental para o desenvolvimento do aluno.

A revisão do texto durante o processo de ensino e aprendizagem, vista como uma forma de interação entre aluno-professor, destina-se fundamentalmente, por um lado, a permitir que o docente avalie sua própria atuação no encaminhamento da atividade de escrever em uma postura de auto-avaliação e possa levar o aluno a refletir sobre a produção do seu conhecimento, oferecendo estímulo à autonomia e orientação para reorganização da escrita. Por outro lado, os apontamentos realizados pelo professor permitem também que o

aluno reflita sobre a sua própria elaboração, sobre as diversas formas que dispõe na língua para dizer de forma mais adequada e sinta-se impulsionado a engajar-se com a tarefa de escrever textos na escola, comprometendo-se mais efetivamente com o aprender, ou como afirma Geraldi (1997), sinta-se sujeito de seus dizeres. Dessa forma, a atividade de revisar o texto do aluno: indicar falhas de ordem estética, gramatical e discursiva é tarefa imprescindível ao processo de apropriação e desenvolvimento da escrita. A revisão, sendo um dos expedientes utilizadas pelo professor para mediar, realizar intervenção no texto do aluno “pode configurar-se como turnos de uma interação construída no solo dialógico das ações de ensino e de aprendizagem.” (ASSIS, 2006, p. 03). Assim, a revisão é a manifestação da compreensão responsiva ativa do professor à pretensão de dizer do aluno, do mesmo modo, o texto que o aluno planeja, escreve e reescreve responde a uma proposta pedagógica em curso.

Segundo Geraldi (1996), tanto a atividade de escrita do aluno quanto a atividade de revisão do professor devem ser sempre um exercício de leitura e de produção ininterrupto até que ambos aceitem o texto adequado à proposta primeira. Esse processo é alicerçado por um diálogo que pressupõe ações cooperativas dos sujeitos envolvidos em uma atitude de parceria, visando a construção do saber que naturalmente é atravessado por uma série de conhecimentos (formais e discursivos) que passam a ser compartilhado entre o produtor e o revisor do texto.

Dito dessa forma, o curso do trabalho de produzir texto na escola parece não esbarrar nas dificuldades constantemente vividas pelo professor nas ações docentes voltadas para o desenvolvimento da escrita em ambiente escolar, que vai desde a indiferença do aluno quando recebe seu texto com as anotações do professor, à agressividade por entender os apontamentos do professor como uma afronta. Essas reações dos alunos passam pelo jogo de imagem que o aluno faz do professor como aquele que está para julgá-lo, absolvê-lo ou condená-lo e indicam a crença de um texto pronto, acabado na primeira versão e não um processo de produção mediado por um professor parceiro. Refletindo nessa mesma direção, Menegassi (2000, p. 84) afirma que “o problema é que o aluno não atenta aos comentários como deveria, ou, pelo menos, não lê mais que uma única vez as observações do professor”. Entendemos que esses problemas devem ser mais discutidos e combatidos no interior das escolas, para que a tarefa de escrever e revisar se torne menos penosa e alunos e professores se unam em torno de um projeto de escrita, como propõe Geraldi (1996).

Ao mesmo tempo em que observamos impasses por parte do aluno na recepção dos apontamentos do professor em seu texto, é preciso lembrar que, se o professor considera a revisão uma etapa importante no processo de apropriação da escrita, deve assumir, na mesma

medida, que não é indiferente a maneira como o ele intervém no texto do aluno, em atividades de revisão/avaliação da produção textual. A esse respeito Assis (2006, p. 3) afirma que “a forma como o professor corrige os textos produzidos por seus alunos informa sobre o modo como ele entende o seu papel no processo de letramento do aluno e, ainda, sobre como concebe a constituição desse próprio processo.”

Húngaro (2008), em pesquisa realizada com estagiários em fase final do curso de formação de professores para as séries iniciais, observa que a revisão de textos realizada por eles se resume em apontar desvios de ortografia e acentuação gráfica e que a revisão restrita a aspectos formais oferece poucos benefícios para que o aluno interfira na qualidade do seu texto e, conseqüentemente, no desempenho da escrita. Observa ainda que “a valorização única dos erros ortográficos pode provocar o início da formação do conceito, quase geral entre os estudantes, de que saber escrever é dominar simplesmente a grafia da língua materna” (HÚNGARO 2008, p.136), uma concepção de escrita como essa é, sem dúvida, um empecilho para o aperfeiçoamento da escrita na escola.

Longe da possibilidade de desânimo diante dos desencontros vividos no dia-a-dia do fazer pedagógico estamos, nessa empreitada, buscando encontrar meios para, se não eliminar completamente o problemas, pelo menos amenizá-los e, estamos certas de que entender melhor a função, tanto do professor quanto do aluno no processo de revisão dos textos no ensino e aprendizagem, é um caminho que pode encurtar distância para a amenização do problema.

Contudo, antes de falarmos dos expedientes que, segundo pesquisadores, mais e menos influenciam positivamente na qualidade do texto quando de sua reescrita, entendemos que seja necessário tratarmos um pouco do momento que precede a produção do texto pelo aluno, pois, a forma como o professor encaminha a produção textual fará toda a diferença na escrita do aluno e na revisão do professor. E, nesse sentido, não há como esquecer a importância de se conhecer a teoria dos gêneros textuais nos procedimentos que antecedem a tarefa de produzir textos na escola, dessa forma, na próxima seção, com foco voltado para a revisão de textos, faremos um breve mergulho na teoria que discute o assunto, considerando, principalmente, a teoria bakhtiniana.

### **3.1 - Os gêneros textuais e a revisão do texto**

A revisão textual aconselhada pelos teóricos mais modernos pressupõe pensar a respeito da formulação da proposta de trabalho a ser desenvolvida em classe, é necessário



lembrar que os gêneros, “entidades sócio-discursivas e formas de ação incontornáveis em qualquer situação comunicativa” (MARCUSCHI, 2002), devem ter prioridade no trabalho com a produção de textos, visto que, segundo Bakthin (1997), toda comunicação, oral ou escrita, se realiza por meio deles, os gêneros. Essa prioridade também é indicada pelas Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação do Estado do Paraná – DCE, que norteiam o trabalho com texto na diversidade dos gêneros, também numa perspectiva sócio-interacionista de linguagem, desaconselhando a prática de trabalho com tipologias textuais, uma vez que nesta o aluno produz textos com finalidade exclusivamente escolar, é o encaminhamento metodológico apontado por Geraldí (1997) como o texto escrito para a escola, que vê como seu único interlocutor o professor, distanciando-se das práticas sociais, originando, assim, uma sequência linguística, em sua maioria descritiva e/ou narrativa, empobrecida por sua finalidade. Nossa prática pedagógica mostra com muita visibilidade, tanto quantitativa, quanto qualitativamente, as diferenças de produções com propostas baseadas em gêneros e as baseadas em tipologias textuais, as primeiras, além de maior desenvolvimento, possui um trabalho interativo com a língua, o que colabora no direcionamento da correção elaborada pelo professor.

A respeito dos gêneros textuais, Bakthin (1997) afirma que toda atividade humana está relacionada a uma atividade linguística, por isso, elas são tão variadas, como também são as atividades humanas. Entretanto, a utilização da língua se concretiza em enunciados únicos, pois, cada enunciado reflete um conteúdo temático, um estilo e uma construção composicional que emerge de uma esfera de comunicação específica e mais ou menos estável, o que resulta nos gêneros do discurso. Os gêneros, portanto, são infinitos, mas, até por sua infinitude, é necessário estabelecer certa prioridade para se trabalhar com eles, porque não é possível o agrupamento de textos com formas, conteúdos e objetivos diferenciados num mesmo grupo, recebendo os mesmos tratamentos metodológicos, principalmente quando esse tratamento está relacionado à revisão. Ou seja, a atividade de revisar o texto do aluno passa, evidentemente, pela consideração da adequação do gênero, objeto de estudo, à sua esfera de comunicação. Se o aluno está aprendendo a escrever uma carta informal, a correção de sua produção deverá estar centrada nos aspectos que a caracteriza para ser reconhecida no interior do gênero, certamente um texto como artigo de opinião deverá ser lido, analisado e corrigido com vistas a aspectos específicos do gênero, porque cada texto exige um olhar particular para se adequar ao fim proposto.

Entendemos que cabe ao professor ter claras as características do gênero que quer trabalhar com seu aluno, contudo, saber descrever as características do gênero com o objetivo

de formular exercícios de preparação para a escrita que levem o aluno a perceber as particularidades do gênero é, hoje, a maior dificuldade do professor, visto que os materiais didáticos disponíveis, apesar de mostrar preocupação de implementar o ensino de produção textual a partir dos gêneros, não apresentam atividades que colaboram para a percepção das peculiaridades dos diferentes textos. E, os gêneros, por sua natureza heterogênea (capacidade de fusão entre os gêneros) e sua diversidade funcional, apresentam dificuldade na delimitação de traços comuns com finalidade de agrupamento.

Pelo fato de muitas vezes os gêneros textuais se definirem por diferenças tênues, o gênero literário sempre foi o mais estudado na história da educação. Ou seja, parece ser mais fácil perceber as nuances dos diferentes gêneros literários com vista a sua delimitação, do que delimitar outros gêneros produzidos nas esferas sociais diversas, o que pode explicar sua utilização frequente no fazer pedagógico escolar. Entretanto, o gênero literário sempre foi explorado do ponto de vista artístico e da forma, sendo esquecido pelo ângulo da enunciação.

O gênero retórico historicamente também mereceu destaque no estudo da linguagem, mas nele destacavam-se apenas a relação entre o enunciado e a influência desse enunciado no ouvinte. Pouco valor foi dado aos gêneros do discurso cotidiano, os quais eram estudados/corrigidos, exclusivamente, pelo ângulo estruturalista da linguística geral, ou seja, apenas do ponto de vista da forma, de sua gramaticalidade.

Bakhtin (1997) chama a atenção para o estilo próprio dos gêneros, enfatizando que sua variedade pode revelar a variedade tanto do estilo individual quanto pode explicar o surgimento dos diferentes gêneros: se na individualidade cada sujeito possui seu estilo próprio, no coletivo os gêneros atendem o estilo de uma esfera específica da comunicação, portanto, a variedade dos gêneros discursivos está intimamente ligada ao estilo. Ou ainda, para o autor toda esfera de comunicação humana tem seu estilo próprio, que é mais ou menos estável; estabilidade que o locutor não pode fugir sobre pena de o enunciado não se enquadrar ao gênero pretendido. É nesse ponto que se há de pensar o projeto de escrever com a finalidade de aperfeiçoar a escrita, que vai desde o reconhecimento do gênero pelo aluno até o projeto de correção pelo professor e reescrita pelo aluno. Dito de outra forma, é necessário que o professor tenha claro o que vai exigir/corrigir no texto do aluno em um gênero específico, que certamente serão exigências, do ponto de vista enunciativo, diferentes de revisões efetuadas em outros gêneros.

Além da enunciação, a questão do estilo atinge também a forma gramatical dos enunciados, uma vez que aquilo que um formalista considera um desvio gramatical pode ser um estilo próprio do gênero, que colabora para a formação dos sentidos do enunciado. Por

essa razão, conforme defende Bakhtin, o fato gramatical e o fato estilístico não devem separar-se, sobre pena de se estudar uma linguagem artificial, e, acrescentamos, realizar uma revisão textual que pode afetar negativamente o sentido do texto.

Pode-se dizer que a gramática e a estilística se juntam e se separam em qualquer fato lingüístico concreto que, encarado do ponto de vista da língua, é um fato gramatical, encarado do ponto de vista do enunciado individual, é um fato estilístico. Mesmo a seleção que o locutor efetua de uma forma gramatical já é um ato estilístico. (BAKHTIN,1997, p.286).

O problema que existe entre gramática e estilística se dá pela desconsideração do estilo do enunciado nem sempre se encaixar nas regras gramaticais. Na verdade, todo fato gramatical subjaz um fato estilístico de uso num determinado momento, e o não respeito pelas regras do gênero é que pode criar enunciados agramaticais. Portanto, o estudo da gramaticalidade ou agramaticalidade do enunciado, deve passar antes pelo estilo do gênero discursivo. Dessa forma, o estilo além de ter ligação com a individualidade do sujeito está vinculado à unidade temática do enunciado. O estilo faz parte da formação do sentido do gênero. Se o estilo de um gênero é mais subjetivo ou menos subjetivo, essa característica não é apenas responsabilidade do estilo do autor, mas, principalmente, da função do enunciado, assim, do nosso ponto de vista, o estilo próprio da composição textual deve direcionar, não somente a produção do aluno como também a revisão do professor, já que envolve o processo de enunciação.

Dando por encerrado nosso foco na estreita influência que há entre a forma de encaminhamento para a produção textual e a revisão, trataremos, na seção seguinte, da diferenciação, apontada por Serafine (1987), sobre correção e avaliação bem como da teoria que trata das estratégias de revisão de textos.

### **3.2 – Correção e avaliação: ensino aprendizagem e as exigências do sistema**

Serafini (1987) faz distinção entre correção e avaliação, afirmando que a correção faz parte do processo de ensino, ostenta, portanto, objetivos de ensino, enquanto a avaliação atende a um sistema que visa medir, atribuir nota e por consequência classificar o aluno como aprovado ou reprovado de acordo com elementos mais objetivos. Nossa vivência em ambiente escolar mostra que a correção (nomeada por nós como revisão) e avaliação do texto podem ocorrer sob dois formatos: no primeiro, a revisão é confundida com a avaliação quando o

professor faz a devolutiva do texto para o aluno com a nota definitiva já atribuída e, apesar de realizar apontamentos no texto, não é solicitada a sua reescrita; no segundo, a correção e avaliação ocorrem simultaneamente uma vez que o professor aproveita o trabalho de revisão para atribuir nota a fim de atender ao sistema, mas essa nota não é definitiva, podendo ser alterada a cada reescrita, visando melhorar o texto de acordo com os apontamentos do professor, essa forma de revisão e avaliação simultânea, apesar de ser valorada numericamente, pode ser considerada como uma revisão/avaliação que acontece em um processo que se não é o ideal, parece-nos o mais possível, diante do modelo de escola que temos hoje.

Entendemos que o ideal seria que o texto fosse revisado e reescrito gratuitamente, ou melhor, voltado unicamente para o objetivo de melhorar a escrita, sem cobrança de nota, contudo, acreditamos que, na impossibilidade de se atingir o ideal, a atribuição de um valor para um texto, com possibilidade de esse valor ser alterado gradativamente, pode até contribuir para que o aluno busque estímulo para realizar a tarefa de reescrita, já que, não podemos esquecer que vivemos em uma sociedade, cuja cultura de valoração quantitativa é muito forte e, não podendo eliminar essa cultura, pelo menos à curto prazo, talvez seja mais prudente usá-la como aliada para mostrar ao aluno que ele pode melhorar, e que isso depende de seu esforço, que também não é gratuito, mas fruto de dedicação e empenho. Dessa forma, além de buscar amenizar o problema da escrita com finalidade de ganhar nota, estaremos educando com princípios e valores desejados socialmente.

### **3.3– Estratégias de revisão textual**

As teorias mais atuais, que tratam da revisão do texto do aluno pelo professor, apontam estratégias de correção textual de quatro tipos: a correção indicativa, a resolutive, a classificatória e a correção interativa:

#### **3.3.1 - Correção indicativa**

Segundo Serafini (1987), correção indicativa limita-se, principalmente a indicar os desvios gramaticais, preponderantemente, ortográficos e lexicais e subdivide-se em dois outros tipos, ambos ocorrem no corpo do texto, a diferença é que, no primeiro, a correção consiste em circular palavras, sublinhar sequências e colocar um “X” sobre uma troca de letra, ou ainda traçar sinais acompanhados de expressões breves, próximo do problema; o segundo

tipo de correção difere-se do anterior por consistir em realizar marcas como “X” ou asterisco à margem do texto, na direção da linha onde há o desvio, sem nenhuma especificação, apenas indicando que há problemas naquela direção.

### 3.3.2 - Correção resolutive

A correção resolutive consiste em corrigir todos os erros, reescrevendo palavras, frases e/ou sintagmas completos. Ruiz (2001) subdivide as estratégias resolutive em estratégias resolutive no corpo do texto – **estratégias de adição**: nesse caso, o professor acrescenta formas, que vão desde palavras até períodos inteiros, no espaço superior ou inferior à linha em que ocorre o problema; **estratégia de substituição**: o professor reescreve a forma substitutiva no espaço superior ou inferior à linha em que ocorre o problema; **estratégias de deslocamento**: O professor desloca partes do texto de um espaço a outro; **estratégias de supressão**: o professor elimina com um traço a forma considerada por ele inadequada. Além dessas estratégias resolutive que ocorre no corpo do texto, a estratégia resolutive pode ocorrer nas margens e no pós-texto, contudo, o objetivo do professor é sempre resolver ele próprio o problema de escrita apresentado no texto do aluno. Menegassi (2001), em pesquisa que analisa a frequência dessas quatro estratégias de correção em textos de alunos universitários do curso de Letras, conclui que a substituição e o acréscimo foram as operações lingüísticas mais utilizadas pelo professor foco da pesquisa. O autor afirma, ainda, que as operações lingüísticas de adição, substituição deslocamento e supressão podem ocorrer todas em um mesmo texto e os comentários do professor, de maneira geral, influencia positivamente o aluno no momento da reescrita, assim, apontar objetivamente as falhas do texto na correção é relevante porque se constitui em uma etapa da escrita que auxilia o aluno produtor.

Entretanto, Ruiz (2001) afirma que, na correção resolutive, o professor empenha-se em eliminar o erro por meio da solução dada por ele e não pelo aluno que o cometeu, o que impede que o aluno aprenda, podendo manter a possibilidade de o mesmo erro aparecer nas próximas produções. Vista por esse ângulo, esse tipo de correção nos parece extremamente estressante para o professor e pouquíssimo útil ao aluno que, uma vez que vê seu texto reorganizado pelo professor, pouco irá se empenhar na reescrita, no máximo irá passar a limpo acrescentando as partes sugeridas pelo professor. Contudo, entendemos que existe a possibilidade de, ao passar o texto a limpo, o aluno perceber que a correção do professor

surtiu efeito na qualidade do texto, caso isso ocorra, haverá chance de esse tipo de correção afetá-lo positivamente.

### 3.3.3 - Correção classificatória

A correção classificatória busca deixar claro ao aluno os problemas encontrados no texto, fazendo uma classificação dos erros e atribuindo a cada tipo de erro um símbolo que indica, metalinguisticamente, o problema encontrado na correção. Ruiz (*iden*, p.61 e 62) mostra um exemplo dessa classificação em um quadro em que aparecem os símbolos e os significados correspondentes que foram efetivamente encontrados nos textos por ela pesquisados em sua tese de doutorado:

<b>Símbolo</b>	<b>Significado</b>
A	Acentuação
Amb	Ambiguidade
D	Dubialidade
Coes	Coesão
Coer	Coerência
?	Confuso
FN	Foco Narrativo
II	Impropriedade lexical
IV	Impropriedade vocabular
Voc	Vocabulário
LO	Linguagem oral
Pron/Pr	Pronome
Pron rel	Pronome relativo
Rd/Red	Redundância
R/Rep/Rp	Repetição

Nessa estratégia de correção é pré-requisito que o aluno conheça os significados atribuídos a cada símbolo, que normalmente é acordado com o professor anteriormente à correção. É também necessário que o aluno domine as nomenclaturas que se referem aos problemas e busque seus conteúdos para atender às observações do professor, como também prevê a autonomia do aluno, uma vez que, sabendo que no seu texto há problemas de acentuação, por exemplo, busque soluções para os problemas apontados pelo professor, ou seja, essa estratégia de correção demanda ao aluno uma atitude analítica de seu texto, caracterizando-se, por conseguinte como uma estratégia de correção que, segundo Ruiz (2001) e Assis (2006) contribui para o amadurecimento das habilidades de escrita do aluno.

Além das estratégias de correção apontadas por Serafine (1989), Ruiz (2001) observa em sua pesquisa mais uma modalidade de correção: a correção interativa, que entendemos ter início na correção classificatória, por esta se caracterizar como uma forma de correção que abre espaço para que o aluno pense no seu erro e labore sobre ele com a orientação do professor.

### **3.3.4 – Correção interativa**

Sobre a correção interativa Koch (2004, p. 7-8) discorre que:

A correção de textos representa uma interlocução no processo de ensino. Para assegurar essa interlocução, é necessário que se trabalhe a linguagem como atividade, como forma de ação, ação inter-individual finalisticamente orientada; como lugar de interação que possibilita aos membros de uma sociedade a prática dos mais diversos tipos de atos, que vão exigir dos semelhantes reações e/ou comportamentos, levando ao estabelecimento de vínculos e compromissos anteriormente inexistentes.

Para Ruiz, essa modalidade de correção consiste em o professor fazer comentários mais longos no final do texto, efetivam-se na forma de pequenos “bilhetes”, recados que estabelecem interlocução com o aluno, discutindo problemas de diferentes níveis, incluindo os de ordem gramatical e, por vezes, apresentando soluções ou sugestões para a tarefa de reescrita. Esses recados geralmente apresentam duas funções: falar sobre os problemas do texto, ou falar sobre a própria tarefa de correção. São bilhetes do tipo: “Observe que o título do seu texto não corresponde ao conteúdo do mesmo, levando o leitor falsas expectativas. Lembre-se que o título deve resumir o conteúdo do texto”. Essa forma de correção prioriza o processo de interlocução, dialogando com o sujeito produtor de textos induzindo-o a refletir, não só sobre sua produção, mas na função que ela possui, buscando atingir os objetivos propostos por meio de determinado gênero.

Ruiz (2001) afirma que os “bilhetes” se explicam porque o professor não consegue abordar certos aspectos do trabalho interativo escrito se não por meio de textos curtos dirigidos ao aluno. A esse respeito, Menegassi (2000) conclui, em pesquisa realizada com vistas à análise de comentários do professor no texto do aluno, que os comentários bem estruturados, além de ser mais atendido pelos alunos, surtem maior efeito na reescrita, por isso sugere que o professor dê especial atenção para a estruturação dos pequenos textos “bilhetes” que escrevem com a finalidade de chamar a atenção do aluno no processo de correção.

## **4 - II PARTE: PARTINDO PARA A PRÁTICA**

### **4.1- Motivadores para ensinar e aprender a escrever o gênero artigo de opinião**

Entendemos que o primeiro passo quando se pretende introduzir um gênero novo na sala de aula, com o objetivo de levar o aluno ao domínio das estratégias para a escrita desse gênero, é enfatizar a importância dele na esfera de comunicação social, bem como observar até que ponto os alunos têm ou já tiveram contato com ele. No caso do artigo de opinião, a pretensão de domínio da escrita do gênero se justifica por: a) ser um instrumento importante para a formação do cidadão, uma vez que é um texto muito influente na sociedade por destinar-se a formar a opinião da população, sendo, dessa forma, um portador de dizeres que podem interferir diretamente na vida prática e cotidiana da sociedade. b) contribuir para desenvolver a capacidade de participar, com argumentos convincentes, das discussões de problemas que diariamente ocorrem ao nosso redor.

Além dessas questões mais amplas, voltadas para a ordem da formação humana, há ainda mais um motivador imediato para que nosso aluno se envolva nesse projeto específico de escrita, é a possível solicitação do gênero artigo de opinião nos vestibulares de universidades, visto que, em muitas delas, o gênero está listado entre aqueles que poderão ser cobrados nas provas do concurso, e, os alunos, neste momento da escolaridade (3<sup>o</sup> ano do ensino médio), em sua maioria, está preocupado com a prova de redação do processo vestibular para entrada no ensino superior.

Se existem fortes motivadores para que o aluno domine a escrita de um texto que possa ser reconhecido como fazendo parte do gênero artigo de opinião, existem também para que o professor se sinta instigado ao ensino desse gênero. Além das razões que se voltam para a necessidade de entender o processo de correção de texto de uma forma mais organizada, com base em um referencial teórico consistente, é de conhecimento de todos aqueles que trabalham com adolescentes, que nesse momento da escolaridade, os jovens buscam reconstruir sua identidade impondo seu ponto de vista pela força, causa de muitos problemas de relacionamento entre colegas e até entre professor e aluno. E, tomar o artigo de opinião como objeto de estudos, é, seguramente, uma forma de mostrar ao aluno que existem outros meios de levar o outro ao convencimento daquilo que acreditamos e, dessa forma, propiciar



ao estudante uma maneira particular de apreender mecanismos de respeito nas relações humanas, pois, as particularidades do gênero indicam que existem estratégias para o convencimento e aceitação da forma de cada um conceber os fatos objetivos.

#### **4.2 - A origem do gênero artigo de opinião**

Julgamos também necessário que o aluno saiba sobre a origem do gênero textual artigo de opinião, dessa forma, o professor poderá explicar para a classe que nenhum gênero textual nasce do nada e que todos os gêneros textuais têm sua origem marcada por alguma área da atividade humana. No caso do gênero artigo de opinião, essa origem está nos jornais, mais precisamente nas notícias divulgadas por eles, sejam eles escritos ou televisivos.

É de consenso de toda a sociedade que os meios de comunicação são veículos formadores de opinião, e, o jornal, cuja função principal é noticiar fatos novos e importantes, está entre as mais destacadas formas que a sociedade encontrou para propagar ou, pensando mercadologicamente, vender notícia. A notícia que é uma das partes principais de um jornal, se não a mais importante, ocupa grande parte dele e deve ser verdadeira, isto é, deve relatar fatos precisos, isentos de opinião. É justamente essa suposta neutralidade de opinião da notícia que abre espaço para o surgimento desse novo gênero, pois se não se pode expressar a opinião do jornalista diante do fato divulgado no gênero notícia é preciso criar um gênero textual no jornal para que a entidade (empresa jornalística) possa posicionar-se sobre a notícia. Nasce dessa necessidade de posicionamento o gênero textual artigo de opinião.

#### **4.3 O articulista**

Para escrever o novo gênero é contratado ou convidado um profissional que falará sobre os fatos noticiados de forma a posicionar-se sobre eles. No caso de o texto ser escrito pelo profissional contratado ele recebe o nome de editorial e não é assinado, ficando sobre a empresa jornalística a responsabilidade pelo que foi dito; no caso de o articulista ser convidado, o texto recebe o nome de artigo e é assinado pelo autor que se tornará responsável pelo que foi dito. Assim, ao escrever um editorial ou um artigo o escritor parte de uma questão polêmica de relevância social, normalmente criada em torno de um fato que foi ou está sendo notícia na mídia impressa, internet ou televisão. Sem a questão polêmica, que gera pontos de vistas opostos sobre o mesmo assunto, não existe editorial nem artigo de opinião. Ao escrever, o autor assume uma posição diante do fato polêmico, defende sua posição com argumentos e dialoga com diferentes pontos de vista que circulam sobre ele. A assinatura do

articulista revela sua identidade que, quase sempre, se completa com nota de rodapé que indica o reconhecimento como autoridade.

A respeito da contratação do articulista, o Manual de redação e estilo do jornal O Estado de São Paulo diz: “Para oferecer maior diversidade de pontos de vista, o jornal tem críticos, comentaristas, analistas, articulistas, correspondentes e outros que, em textos assinados, poderão expor suas opiniões, nem sempre coincidentes com as do Estado” (p. 205).

Apesar do esforço do jornal de manifestar imparcialidade diante da opinião do articulista, interessa, em situação de ensino, deixar claro ao aluno que, até mesmo nos artigos de opinião assinados por seus autores, os quais, legalmente, são responsáveis pelo que dizem, impera, na verdade, a posição do jornal, pois toda matéria que é publicada em um jornal é antes editada de acordo com a posição da empresa jornalística. Daí se afirmar que tudo que é publicado nos meios de comunicação é antes atravessado pela ideologia (modo de ver o mundo) do meio de comunicação responsável pela publicação. Antecipando justificativa para críticas à imposição ideológica dos meios de comunicação, o Manual da redação do jornal Folha de São Paulo (p.47) discorre:

Pluralismo – Princípio editorial da Folha. Numa sociedade complexa, todo fato se presta a interpretações múltiplas, quando não antagônicas. O leitor da Folha deve ter assegurado seu direito a todas elas. Todas as tendências ideológicas expressivas da sociedade devem estar presentes no jornal.

Esgotados as discussões sobre a origem do gênero artigo de opinião e sobre seus autores oficiais é hora de apresentar para turma textos-modelo desse gênero.

#### **4.4 - O texto-modelo**

O objetivo aqui é que o aluno, por meio da leitura de textos-modelo e primeiros comentário do professor, comece a observar a posição adotada pelo articulista e como são escritos os textos do gênero artigos de opinião e, assim, sintam-se estimulados a produzir um texto no mesmo formato. Tomamos como modelo dois textos que expressam opiniões opostas sobre o mesmo tema: *A cota para negros nas universidades*. Em se tratando de opinião, consideramos importante que o aluno veja o assunto tratado por ângulos opostos, caso contrário, terá informações (ou argumentos) somente contrários ou somente favoráveis ao

tema polêmico que se quer abordar, e isso o levará a seguir a opinião do único texto apresentado. Por essa razão, consideramos indispensável que o professor ofereça à classe leitura de textos com opiniões abalizadas que apontem direções diferentes sobre o assunto e, a partir de então, o aluno poderá posicionar-se. Obviamente, que as informações apresentadas nos textos reforçarão o conhecimento de mundo que os alunos trazem consigo sobre o tema.

Apesar de conhecer a proposta de autores de livros didáticos que apresentam o modelo de texto e em seguida pede a produção do aluno com base no modelo, sem antes trabalhar com esse modelo, nossa prática docente indica que, um trabalho minucioso com o texto oferecido como exemplo do gênero, antes de solicitar ao aluno a produção de um texto que se enquadre no mesmo gênero, é indispensável, mesmo que a produção seja destinada à revisão diagnóstica, como é o caso da produção textual resultante da sequência didática que estamos propondo, pois entendemos que solicitar a escrita de um texto com vistas à revisão diagnóstica ou não, exige um preparo para a escrita que leve o estudante a dominar, ainda que minimamente, o gênero indicado para estudo. Diante dessa crença, apresentamos, a seguir: a) uma das inúmeras notícias que deu origem à questão polêmica em foco; b) os textos selecionados como modelo de opiniões opostas; c) questões de leitura sobre duas perspectivas: a que busca referência no material lingüístico concreto bem como questões de leitura de informações que estão implícitas na ordem do discurso.

Acreditamos que o um passo importante para o ensino aprendizagem dos gêneros, seja ele qual for, é a leitura de textos que se enquadrem no gênero tomado para estudo. E a leitura do que é objetivamente dito é tão importante quanto a leitura sugerida pelo autor e nem sempre captada pelo leitor, ou mesmo a leitura de marcas textuais formais que são significativas para a formação dos sentidos do que é dito na materialidade lingüística. Entendemos que é esse conjunto de recursos que somados constituem o arcabouço necessário à apreensão das estratégias necessárias para que um texto se realize no gênero desejado pelo autor.

#### **4.5 - Introdução ao tema - a notícia que deu origem à questão polêmica**

Para introduzir um tema no ensino-aprendizagem de escrita do gênero artigo de opinião é indispensável mostrar ao aluno, pelo menos uma notícia que deu origem à questão polêmica. A notícia abaixo é um convite ao articulista para tomar partido diante do assunto: lei de cotas.

## **SISTEMA DE COTAS**

Há quase dez anos, tramitam no Congresso Nacional dois projetos polêmicos: o Estatuto da Igualdade Racial e a Lei de Cotas. Ambos podem ir à votação definitiva a qualquer momento e estão inscritos no espectro da chamada ação afirmativa, políticas que pretendem privilegiar determinados grupos sociais que teriam sido prejudicados no decorrer da história. No caso do Brasil, os defensores dessas políticas visam, sobretudo, compensar os negros pela chaga da escravidão. O sistema de cotas, que facilita o acesso dos beneficiados às universidades públicas, é apenas a mais conhecida das medidas propostas. Caso realmente virem lei, os dois projetos estabelecerão uma divisão oficial na população apoiada no critério da raça. Seria algo inédito no país desde o fim da escravidão.

Anderson Schneider

[http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas\\_respostas/cotas/index.shtml](http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/cotas/index.shtml).

Junho de 2008. Acesso em 17/05/2010.

### **4.6. – texto-modelo 1**

#### **DESIGUAIS PERANTE A LEI**

O princípio das cotas nega a igualdade política dos cidadãos

Raça é o grupo populacional que se distingue no interior da espécie por características que variam abruptamente, ou seja, sem formas intermediárias. Na natureza as raças se formam, geralmente, em decorrência do isolamento geográfico de populações. A genética provou que a espécie humana não se divide em raças.

As características das populações humanas não variam de modo abrupto, mas gradativo. As migrações humanas que começaram há 100 mil anos evitaram o isolamento geográfico de populações e a configuração de raças. Sérgio Danilo Pena, pesquisador que participou do projeto Genoma Humano, explicou: “Eu que sou branco, sou geneticamente tão diferente de outra pessoa branca quanto um negro africano, dez ameríndios e dez chineses, não vou saber quem é de qual grupo. Todo mundo é diferente!”.

As “raças humanas” foram inventadas pelo racismo. O racismo “científico” desenvolveu-se no século XIX, oferecendo solução para o problema (que não existia antes do

Iluminismo) de justificar a escravidão e a opressão colonial num mundo impregnado pela noção de igualdade natural entre os seres humanos. A fraude científica do racismo permitia conciliar a idéia de que “todos nascem livres e iguais” com a convicção da inferioridade intelectual de negros, ameríndios ou amarelos.

A luta pelos direitos civis nos Estados Unidos baseou-se na afirmação dos direitos políticos. Luther King sonhava com o dia em que as pessoas fossem julgadas “por seu caráter, e não pela cor de sua pele”. Mas, depois de derrotada a discriminação oficial, aquele movimento se desviou para o caminho da ação afirmativa, que renega o sonho de Luther King e substitui a meta da conquista de serviços de qualidade para todos por privilégios seletivos baseados no critério da cor da pele.

No Brasil, a Ação Afirmativa está prestes a ganhar o estatuto de política de Estado. Uma lei em tramitação vai estabelecer cotas para negros na administração pública, nas universidades, no marketing e em outros setores. O princípio implícito que sustenta a política de cotas é a divisão da humanidade em raças. Sua dinâmica é a negação da igualdade política dos cidadãos, que é o fundamento da república e da democracia. Seu discurso legitimamente se organiza em torno da radicalização metafísica e da noção de culpa coletiva.

Segundo esse discurso, as cotas destinam-se a reparar as injustiças cometidas contra os negros através do instituto da escravidão. Assim brancos e negros são definidos em bases raciais e os representantes atuais da “raça branca” devem expiar a culpa de seus ancestrais de “raça”. A noção de culpa coletiva serviu, no passado, para justificar a opressão imposta a sociedades derrotadas em guerra. Mas nem sequer os vencedores chegaram a sugerir que a “culpa” dos derrotados pudesse se transferir para as gerações futuras. Por isso, a imposição de reparações sempre foi limitada a períodos curtos de tempo.

No Brasil, a política de cotas une negros e brancos, esquerda e direita. Os movimentos negros parecem satisfeitos com benesses para uma pequena parcela da classe média negra. A porto Alegre do PT e a Bahia de ACM, pioneiras das cotas, mostram o caminho: conceder empregos públicos ou vaga nas universidades a um punhadinho de negros custa pouco e faz barulho. A política de cotas destina-se a adiar para um futuro incerto os investimentos maciços em saúde, educação e emprego que interessam de fato a negros (e brancos) pobres.

(Demétrio Magnoli é doutor em Geografia humana pela USP)

Época, 24 de abril, 2003.

#### 4.7 - Texto-modelo - texto 2

### SISTEMA DE COTAS

O sistema de cotas é a forma pela qual o Estado se propõe a compensar os integrantes da raça negra, mediante a reserva de vagas em concursos públicos, para provimento de cargos e empregos públicos e, ainda, para o preenchimento do corpo discente das faculdades públicas.

Temos como principais argumentos a favor da implantação do sistema de reserva de vagas nos concursos públicos e nos vestibulares das faculdades públicas, o débito estatal em relação à forma de recolocação social dos negros na fase de pós-libertação, o princípio da igualdade, em sua acepção material, e a possibilidade da instituição de políticas compensatórias, albergadas pela Constituição da República.

Diz-se que o Estado brasileiro foi extremamente injusto com os recém-libertos. A situação dos ex-escravos foi tratada de forma unilateral pelo Estado, em contrapartida os ex-donos de escravos receberam apoio do Estado para a recuperação de sua mão-de-obra barata, havendo uma intensa "importação" de europeus desiludidos em busca de uma redenção qualquer.

Afirma-se que o princípio da igualdade deve ser interpretado em sua acepção material, ou seja, que a verdadeira igualdade é tratar desigualmente os desiguais. Como afirmou Rui Barbosa: "A regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualem. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade". Ao pretender, o Estado, realizar seu fim de reduzir as desigualdades sociais, somente o fará com a adoção de políticas afirmativas que encontrem eco nas camadas mais oprimidas da população.

Alinha-se como defesa do sistema de cotas, a assertiva de que a própria Constituição da República está a demonstrar a substancialidade do princípio da igualdade, como, por exemplo, no caso da reserva de vagas, em expressão percentual, dos cargos e empregos públicos para os deficientes físicos, determinada pelo art. 37, inciso VIII, da Constituição da República, sendo legítima, portanto, em face do contexto histórico, a compensação social também em benefício dos negros.

Todavia, argumenta-se em sentido contrário à implementação do sistema de cotas, a impossibilidade de definição idônea dos integrantes da raça negra, o óbice constitucional do

princípio da igualdade e a assertiva de que há política compensatória apenas de forma expressa na Constituição da República.

No que respeita à definição da raça negra, teme-se pelo critério voluntário, utilizado pelo IBGE, pois poderia qualquer pessoa de pele mais escura afirmar-se negro em busca das facilidades deferidas. Em geral os movimentos de defesa da raça negra refutam tal argumento, afirmando que o preconceito racial afasta o risco de auto-afirmações raciais falsas, aceitam, apenas, o critério voluntário, pois apenas este resgataria a identidade cultural do negro.

O óbice que parece ser mais sério dos opostos ao sistema de cotas é o que pertence ao critério de definição da raça negra. Como já dito, os movimentos de defesa dos negros não admitem o critério científico, biológico ou antropológico, de definição de raças.

Com efeito, o traço cultural pouco ou nada tem a ver com o conceito de raça, posto que uma mesma raça pode albergar diferentes culturas. Pedrinho A. Guareschi assevera que "etnia é a identidade que liga essa experiência a uma história cultural comum (ser italiano, alemão, brasileiro) e raça é a identidade que liga essa experiência a ancestrais biológicos comuns". Precisamente o que ocorreu no Brasil foi a escravização de indivíduos da raça negra pertencentes a diversas culturas. Sendo assim, apenas o critério racial poderá ser utilizado na aplicação do sistema de cotas, posto que os diversos traços culturais trazidos pela raça negra estão atomizados e integrados a outros traços culturais dos europeus e indígenas. Há no Brasil uma constante fusão cultural que impede a utilização do critério da etnia para a prática da reserva de vagas.

Enfim, apenas o critério científico pode ser utilizado para a resolução do impasse na definição dos componentes da raça negra. O raciocínio asseverando que o preconceito racial da sociedade inibe a auto-afirmação racial falsa, utilizada pelos movimentos de defesa dos negros, é tão inconsistente quanto o argumento utilizado pelos opositores do sistema de cotas, de ser o mesmo uma marca indelével, uma cruz a onerar eternamente os beneficiados da reserva de vagas, pois estes seriam "apontados" pelos demais membros da comunidade. Ora, é óbvio que as vantagens concretas oferecidas pelo sistema de cotas, o emprego público e a vaga na faculdade, tanto podem incentivar a auto-afirmação racial falsa, quanto podem amenizar bastante a suposta carga discriminatória suportada por seus beneficiários.

Em conclusão, podemos afirmar que o sistema de cotas em benefício dos integrantes da raça negra é justo, pelo aspecto histórico, e é constitucional, podendo ser imediatamente implantado (superada a controvérsia sobre o critério de definição racial), porém, não é o principal ponto de cisão social no Brasil. O abismo mais gritante na sociedade brasileira é o

que afasta os abastados dos miseráveis, separação esta que exige dos poderes públicos uma resposta não meramente compensatória, mas sim estrutural e voltada para o futuro da nação.

Pierre Souto Maior Coutinho de Amorim Procurador Federal em Pernambuco. *Sistema de Cotas*. Revista Eletrônica PRPE, outubro de 2004. Acesso em: 17/05/2010.

#### **4.8 - Uma proposta de atividades de leitura para sequência didática**

As atividades aqui propostas prevêm uma leitura atenta do texto 1, bem como uma série de conhecimentos próprios de um aluno em série final de ensino médio (terceira série), além de discussão em torno de cada questão proposta. Sobre o texto 2 propomos um trabalho com as partes do texto que permite afirmar que estamos diante de um artigo de opinião.

Antes de apresentar as questões aos alunos, sugerimos que eles sejam lembrados que toda resposta de pergunta forma um pequeno texto, que se for introduzido com referência na interrogação, aumenta as chances de clareza e consistência das respostas, além disso, o texto-resposta deve ser elaborado com palavras próprias, isto é, sem copiar passagens do material lingüístico, a não ser para sustentar a sua resposta subjetiva. Dessa forma, é possível perceber se o aluno, realmente, entendeu o texto.

##### **4.8.1 - Atividade 1 – questões de leitura relacionada ao plano lingüístico do objeto textual - texto 01 Desiguais perante a lei de Demétrio Magnóli**

- 1 - Observe o título do texto, ele antecipa e resume o assunto tratado pelo autor, como foi visto anteriormente quando estudamos a importância do título em um texto?
- 2 - Qual foi a posição assumida pelo autor em relação ao assunto tratado no texto?
- 3 - O que você entendeu por “formas intermediárias” no parágrafo 01?
- 4- No parágrafo 03 o autor afirma que as raças foram inventadas pelo racismo. A qual racismo ele se refere?



- 2 - Ainda no parágrafo 03, o que o autor chama de racismo científico?
- 3 -No parágrafo 4, o autor faz referência à uma discriminação aceita oficialmente no mundo. A qual movimento discriminatório ele se refere?
- 4 -O autor vê incoerência entre o pensamento de Luter King no seu tempo e a luta do movimento negro atual. Qual é essa incoerência?
- 5 -Explique o que seria a radicalização metafísica e a culpa coletiva citadas no parágrafo 05?
- 6 -No parágrafo 07, quando o autor afirma que no Brasil, a política de cotas une negros e brancos, esquerda e direita, ele deixa implícito o motivo dessa união. Qual seria esse motivo?
- 7 -Para o autor as cidades pioneiras na implantação das cotas indicam a verdadeira razão para a implantação desse projeto. Qual é essa verdadeira razão, segundo o texto?
- 8 -Resuma o texto em 10 linhas.

Agora que o aluno realizou as questões referentes à leitura do texto e sanou todas as dúvidas em relação a seu conteúdo, é hora de levá-lo a perceber indícios sutis, de ordem discursiva, presentes no material lingüístico. Sugerimos que esse trabalho seja encaminhado em forma de perguntas que levem a classe a refletir sobre os recursos, nem sempre visíveis, que podem ser utilizados quando os alunos forem produzir seu próprio texto.

#### **4. 8. 2 - Atividade 2 – Questões de leitura relacionadas à ordem discursiva - texto 01**

##### **Desiguais perante a lei de Demétrio Magnóli**

- 1- Como você pode observar o texto em estudo foi publicado na revista Época, ele poderia ter sido publicado em uma revista como Ti, ti ti ou Capricho por exemplo? Analise as características do suporte (revista Época) e escreva as razões que explicam a veiculação desse texto nesse meio de comunicação.

- 2- Considerando o suporte e o momento em que o artigo de opinião “Desiguais perante a lei” foi publicado, explique o porquê de sua publicação nesse momento histórico.
- 3- Observe no final do texto as referências sobre o autor. Por que foi acrescentado ao nome do autor, comentários sobre sua formação acadêmica?
- 4- O que pressupõe o advérbio “geralmente” no primeiro parágrafo?
- 5- Observe que o autor só apresenta o assunto específico do qual vai tratar no meio do texto, (quarto parágrafo, linha 4), Qual explicação você encontra para que o autor tenha estruturado seu texto com esse formato?
- 6- Sabemos que a ação afirmativa, seja ela qual for (cotas para negros, índios, filhos de policiais mortos em guerra, aluno de escola pública...) é alicerçada em diferenças sociais. Entretanto, no segundo parágrafo, para justificar sua posição diante dessa questão polêmica, o autor busca falar de qual diferença existente entre a população?
- 7- Quando o autor inicia o parágrafo 6 com a expressão “segundo esse discurso” está estabelecendo que posição para si mesmo?
- 8- Por que o autor achou necessário dizer que Danilo Pena é um pesquisador do genoma humano?
- 9- Por que a palavra Porto Alegre, parágrafo 7, sendo masculina, aparece precedida do artigo no feminino?
- 10- Se ACM não é um partido, por que aparece como oposição a PT, no último parágrafo?

Concluído o trabalho de leitura textual e discursiva do texto 01 é chegada a hora de apresentar ao aluno uma teoria específica para o estudo do gênero artigo de opinião, seguida

de exercícios que buscam levar o aluno à percepção de suas características próprias, como o uso de estruturas argumentativas, introdução do assunto, a visão ideológica de quem opina e do meio que a veicula, o reconhecimento da posição adotada pelo articulista bem como questões de estrutura da língua que colaboram para dar o sentido desejado pelo autor ao texto.

#### **4.9 - texto opinativo ou de opinião**

De acordo com informações publicadas no site [www.infomedia.pt](http://www.infomedia.pt), o Texto opinativo ou de opinião é um texto breve, claro na interpretação dos fatos, opinativo, mas devidamente fundamentado, sem ferir a ética e o rigor da escrita. A opinião volta-se para o juízo que cada um ou o grupo (opinião pública) tem sobre alguma coisa. É um tipo de texto que apresenta os fatos, enquadrando-os no respectivo contexto, relacionando-os. Através de uma interpretação, o autor elabora um juízo de valor sobre os fatos, escolhendo o ângulo de abordagem dos acontecimentos e das situações, não se preocupando, dessa forma, com o distanciamento nem com a imparcialidade exigidos no texto do gênero notícia. Enquanto a notícia dá a informação, a interpretação explica os fatos e as razões, a opinião adianta o juízo de valor. O texto opinativo tem por finalidade informar e influenciar, nomeadamente em nível político ou ideológico.

Os "opinion makers" (quem escreve textos opinativos) utilizam os dados da realidade para, a partir deles, convencer e argumentar. Segundo Garcia (1997), a argumentação esteia-se em dois elementos principais: a consistência do raciocínio e a evidência das provas. São seis os tipos mais comuns de evidência: os fatos propriamente ditos, os exemplos, as ilustrações, os dados estatísticos, as citações e o testemunho.

Segundo o autor, ao lado da argumentação informal – presente em quase todas as conversas – a argumentação formal, embora pouco diferente da argumentação informal, na essência, exige cuidados. Caracteriza-se pela:

- (a) proposição (deve ser argumentável, e não uma verdade universal);
- (b) análise da proposição;
- (c) formulação de argumentos (a argumentação propriamente dita, em que o autor apresenta as provas ou as razões, o suporte de suas idéias);
- (d) conclusão, que deve 'brotar' naturalmente das provas arroladas.

Assim, temos o seguinte quadro:

1. Argumentação formal
2. Proposição (tese) (afirmativa suficientemente definida e limitada; não deve conter em si mesma nenhum argumento, isto é, prova ou razão)
3. Formulação dos argumentos (evidências): (a) fatos; (b) exemplos; (c) ilustrações; (d) dados estatísticos (e) testemunho (f) citações de autoridade
4. Conclusão

Fonte: Garcia, 1997

O caderno do professor – Orientação para a produção de textos CENPEC (2010) afirma que existem várias possibilidades de organizar a estrutura de um artigo de opinião, porém, de maneira geral, todos possuem os seguintes elementos: (Não existe uma ordem específica para esses elementos e nem todos precisam aparecer num mesmo artigo de opinião).

1. Contextualização e/ou apresentação da questão que está sendo discutida.
2. Explicitação do posicionamento assumido.
3. Utilização de argumentos para sustentar a posição assumida.
4. Consideração de posição contrária e antecipação de possíveis argumentos contrários à posição assumida.
5. Utilização de argumentos que refutam a posição contrária.
6. Retomada da posição assumida.
7. Possibilidades de negociação.
8. Conclusão (ênfase ou retomada da tese ou posicionamento defendido).

O discurso, diz Koch (1987), para ser bem estruturado, deve conter, implícitos ou explícitos, todos os elementos necessários à sua compreensão, deve obedecer às condições de progresso e coerência, para, por si só, produzir comunicação: em outras palavras, deve constituir um texto. Todo texto caracteriza-se pela textualidade (tessitura), rede de relações que fazem com que um texto seja um texto (e não uma simples somatória de frases), revelando conexão entre as intenções, as idéias e as unidades lingüísticas que o compõem, por meio do encadeamento de enunciados dentro do quadro estabelecido pela enunciação. De acordo com o estabelecido pela autora para a caracterização de um texto, pode-se afirmar que o quadro proposto por Garcia (1997) bem como o proposto pelo CENPEC (2010), se observado no processo de construção do texto artigo de opinião, estará garantida as condições para o progresso e a coerência necessários à escrita de textos do gênero artigo de opinião.

#### **4.9.1 - Atividade 3 – Questões relacionadas às características estruturais do gênero artigo de opinião e Análise de recursos linguísticos formais - texto 01: Desiguais perante a lei de Demétrio Magnóli.**

Vamos analisar o texto conforme proposta de Garcia (1987).

1 - Proposição (tese) (afirmativa suficientemente definida e limitada; não deve conter em si mesma nenhum argumento, isto é, prova ou razão). Destaque do texto a proposição elaborada por Magnóli para o desenvolvimento de seu artigo.

2 - Para o autor, a proposição de um artigo de opinião deve ser alicerçada em fatos, exemplos, ilustrações, dados estatísticos, testemunhos e/ou citação de autoridade que contribuam para solidificar a argumentação.

- a) Localize no texto os argumentos usados pelo autor em seu artigo de opinião.
- b) Das formas apontadas por Garcia (1987) para solidificação da argumentação favorável à opinião defendida no artigo, quais as que foram utilizadas por Magnóli.

3 - Vimos que os artigos de opinião se compõem basicamente de uma tese/proposição que o autor procura defender pela argumentação favorável e pela refutação de ideias contrárias às suas.

a) Aponte no texto os argumentos alheios, antecipados pelo autor, que poderiam invalidar sua proposição.

b) Agora aponte os argumentos usados para refutar a opinião alheia à respeito da tese defendida pelo autor.

4 - Qual foi a conclusão apresentada por Magnóli para a negação das cotas para negros nas universidades públicas?

5 - Observe que o aspeamento é um recurso formal muito utilizado pelo autor.

a) Com qual objetivo o autor utiliza esse recuso nos parágrafos 2, 3 e 4?

b) Observe que no penúltimo parágrafo o autor repete a palavra *culpa* três vezes e aspeia somente a terceira forma. Que razão você encontra para o não uso e para o uso das aspas na mesma palavra?

6 - Como você pode ver os verbos do texto são usados no modo indicativo e no tempo presente. Que diferença faria se esses mesmos verbos estivessem no pretérito do modo subjuntivo?

7 - Por que a palavra Porto Alegre, último parágrafo, sendo masculina, aparece precedida do artigo do no feminino?

Realizado um trabalho mais minucioso com o texto 1, sugerimos que o professor trabalhe diretamente as partes do texto 2 com o objetivo de reforçar as observações sobre as particularidades do gênero artigo de opinião e evidenciar as regularidades entre os dois textos, visto que, são as regularidades que permitem que os textos sejam reconhecidos como fazendo parte de um gênero específico. Esse trabalho deve ser realizado na cópia do texto 2

entregue ao aluno para leitura e observação das opiniões opostas sobre a mesma questão polêmica.

#### 4.9.2 - TEXTO 2: uma proposta de análise

### SISTEMA DE COTAS

O sistema de cotas é a forma pela qual o Estado se propõe a compensar os integrantes da raça negra, mediante a reserva de vagas em concursos públicos, para provimento de cargos e empregos públicos e, ainda, para o preenchimento do corpo docente das faculdades públicas.

**[RH1] Comentário:** Proposição: apresentação da questão polêmica ou contextualização.

Temos como principais argumentos a favor da implantação do sistema de reserva de vagas nos concursos públicos e nos vestibulares das faculdades públicas,

**[RH2] Comentário:** Posicionamento do autor diante da questão polêmica .ou explicitação do posicionamento assumido.

o débito estatal em relação à forma de recolocação social dos negros na fase de pós-libertação,

**[RH3] Comentário:** Apresentação do primeiro argumento.

o princípio da igualdade, em sua acepção material, e

**[RH4] Comentário:** Apresentação do segundo argumento.

a possibilidade da instituição de políticas compensatórias, albergadas pela Constituição da República.

**[RH5] Comentário:** Apresentação do terceiro argumento.

Diz-se que o Estado brasileiro foi extremamente injusto com os recém-libertos. A situação dos ex-escravos foi tratada de forma unilateral pelo Estado, em contrapartida os ex-donos de escravos receberam apoio do Estado para a recuperação de sua mão-de-obra barata, havendo uma intensa "importação" de europeus desiludidos em busca de uma redenção qualquer.

**[RH6] Comentário:** Sustentação do primeiro argumento por citação de fatos históricos.

Afirma-se que o princípio da igualdade deve ser interpretado em sua acepção material, ou seja, que a verdadeira igualdade é tratar desigualmente os desiguais. Como afirmou Rui Barbosa: "A regra da igualdade não consiste senão em quinhoeirar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualem. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade". Ao pretender, o Estado, realizar seu fim

de reduzir as desigualdades sociais, somente o fará com a adoção de políticas afirmativas que encontrem eco nas camadas mais oprimidas da população.

**[RH7] Comentário:** Sustentação do segundo argumento por citação de autoridade.

Alinha-se como defesa do sistema de cotas, a assertiva de que a própria Constituição da República está a demonstrar a substancialidade do princípio da igualdade, como, por exemplo, no caso da reserva de vagas, em expressão percentual, dos cargos e empregos públicos para os deficientes físicos, determinada pelo art. 37, inciso VIII, da Constituição da República, sendo legítima, portanto, em face do contexto histórico, a compensação social também em benefício dos negros.

**[RH8] Comentário:** Sustentação do terceiro argumento por exemplificação.

Todavia, argumenta-se em sentido contrário à implementação do sistema de cotas, a impossibilidade de definição idônea dos integrantes da raça negra.

**[RH9] Comentário:** Antecipação de contra argumento 1

o óbice constitucional do princípio da igualdade

**[RH10] Comentário:** Antecipação de contra argumento 2

e a assertiva de que há política compensatória apenas de forma expressa na Constituição da República.

**[RH11] Comentário:** Antecipação de contra argumento 3

No que respeita à definição da raça negra, teme-se pelo critério voluntário, utilizado pelo IBGE, pois poderia qualquer pessoa de pele mais escura afirmar-se negro em busca das facilidades deferidas. Em geral os movimentos de defesa da raça negra refutam tal argumento, afirmando que o preconceito racial afasta o risco de auto-afirmações raciais falsas, aceitam, apenas, o critério voluntário, pois apenas este resgataria a identidade cultural do negro.

**[RH12] Comentário:** Refutação do contra argumento 1

O óbice que parece ser mais sério dos opostos ao sistema de cotas é o que pertence ao critério de definição da raça negra. Como já dito, os movimentos de defesa dos negros não admitem o critério científico, biológico ou antropológico, de definição de raças.

**[RH13] Comentário:** Refutação do contra argumento 2

Com efeito, o traço cultural pouco ou nada tem a ver com o conceito de raça, posto que uma mesma raça pode albergar diferentes culturas. Pedrinho A. Guareschi assevera que "etnia é a identidade que liga essa experiência a uma história cultural comum (ser italiano, alemão, brasileiro) e raça é a identidade que liga essa experiência a ancestrais biológicos comuns". Precisamente o que ocorreu no Brasil foi a escravização de indivíduos da raça negra pertencentes a diversas culturas. Sendo assim, apenas o critério racial poderá ser utilizado na aplicação do sistema de cotas, posto que os diversos traços culturais trazidos pela raça negra estão atomizados e integrados a outros traços culturais dos europeus e indígenas. Há no Brasil



uma constante fusão cultural que impede a utilização do critério da etnia para a prática da reserva de vagas.

[RH14] Comentário: Refutação do contra argumento 3.

Enfim, apenas o critério científico pode ser utilizado para a resolução do impasse na definição dos componentes da raça negra. O raciocínio asseverando que o preconceito racial da sociedade inibe a auto-afirmação racial falsa, utilizada pelos movimentos de defesa dos negros, é tão inconsistente quanto o argumento utilizado pelos opositores do sistema de cotas, de ser o mesmo uma marca indelével, uma cruz a onerar eternamente os beneficiados da reserva de vagas, pois estes seriam "apontados" pelos demais membros da comunidade. Ora, é óbvio que as vantagens concretas oferecidas pelo sistema de cotas, o emprego público e a vaga na faculdade, tanto podem incentivar a auto-afirmação racial falsa, quanto podem amenizar bastante a suposta carga discriminatória suportada por seus beneficiários.

[RH15] Comentário: Retomada dos argumentos e contra argumentos.

Em conclusão, podemos afirmar que o sistema de cotas em benefício dos integrantes da raça negra é justo, pelo aspecto histórico, e é constitucional, podendo ser imediatamente implantado (superada a controvérsia sobre o critério de definição racial), porém, não é o principal ponto de cisão social no Brasil. O abismo mais gritante na sociedade brasileira é o que afasta os abastados dos miseráveis, separação esta que exige dos poderes públicos uma resposta não meramente compensatória, mas sim estrutural e voltada para o futuro da nação.

[RH16] Comentário: Conclusão: retomada da questão polêmica acrescida de posicionamento do autor.

Pierre Souto Maior Coutinho de Amorim Procurador Federal em Pernambuco. *Sistema de Cotas*. Revista Eletrônica PRPE, outubro de 2004. Acesso em: 17/05/2010.

#### 4.10. Atividade de produção textual

No caso do gênero artigo de opinião, consideramos importante que o professor sugira o comando da primeira produção ao aluno, porque nesse momento ele pode ainda não possuir conhecimento suficiente para sozinho buscar uma questão polêmica sobre a qual ele possa escrever seu texto. Por essa razão, sugerimos que o professor deixe claro o objetivo da tarefa (revisão diagnóstica), bem como assegure que à essa texto não será atribuída uma nota, mas servirá para acompanhar seu desenvolvimento na escrita de outros textos durante o tempo em que será estudado o gênero. Como os textos modelo tratam da questão das cotas para negros na universidade, sugerimos que o professor solicite à classe que se posicione em relação à cota para alunos da escola pública e defenda seu ponto de vista, assim como fizeram os autores dos textos oferecidos como modelo.

Agora que você já discutiu o tema das cotas com profundidade e já conhece as características do texto opinativo-argumentativo, é hora de produzir seu texto no gênero artigo de opinião. Como você sabe o projeto que instituiu as cotas para negros nas universidades estendeu-se para cotas destinadas a alunos de escolas públicas. Escreva um texto no formato artigo de opinião, posicionando-se em relação a essa extensão do projeto. Considere que seu texto será veiculado no jornalzinho da escola, portanto, os leitores mais prováveis são seus colegas da 3ª série, os professores e os pais.

## **5- REFERÊNCIAS**

ASSIS, J. A. **A construção do sujeito professor na correção de textos pelo professor em formação: pistas de um processo de formação identitária.** Comunicação apresentada no “Simpósio Prática de letramento e formação docente: a leitura e a produção de textos por

professores em Formação”, no I Congresso Latino-Americano sobre Formação de Professores, Florianópolis: 09-11/11/2006.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CURTY, M.G. et al. **Apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e tese**. Maringá: Dental Press Editora, 2003.

GERALDI, J. W. **Linguagem e ensino**: exercícios de militância e divulgação. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_, J. W. **Portos de passagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HÚNGARO, L. A. B. Um olhar **para o curso de formação de docentes: Ensino Médio - Modalidade Normal**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado. Universidade estadual de Maringá, 2008.

KOCH, I, V. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 2 ed. São Paulo: Cortez. 1987.

MAGNÓLI, Demétrio. **Época**, 24 de abril, 2003.

MANUAL de redação: Folha de S. Paulo. 5.ed. São Paulo: Publifolha, 2002.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P. ; MACHADO, A. R. ; BEZERRA, M. (orgs). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19 – 36.

MARTINS, Eduardo Lopes. **Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo**. 3. Ed., ver. e amp. São Paulo. São Paulo: O estado de S. Paulo/ editora Moderna, 1997.

MENEGASSI, R. J. **Aspectos da responsividade na interação verbal**. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/2257>. Acesso em 10/03/20010.

\_\_\_\_\_. Comentários de revisão na reescrita de textos: componentes básicos. **Trabalho de Linguística aplicada**. Campinas, (35): 83-93, Jan/Jun. 2000.

\_\_\_\_\_. **Da revisão à reescrita**: Operações lingüísticas sugeridas e atendidas na construção do texto. Mimesis, Bauru, v. 22, n.1, p. 49 – 68, 2001.

**Na ponta do lápis**. Olimpíadas de Língua Portuguesa – Escrevendo o futuro. Ano VI – n. 13. Fevereiro de 2010.

RUIZ, E, **Como se corrige redação na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

**Revista Eletrônica PRPE**, outubro de 2004. Acesso em: 17/05/2010

SERAFINE, M. T. **Como escrever textos**. Tradução de Maria Augusta Bastos de Matos. São Paulo: Globo, 1989.

SCHNEIDER, Anderson

[http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas\\_respostas/cotas/index.shtml](http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/cotas/index.shtml).

Junho de 2008. Acesso em 17/05/2010.

[WWW.infomedia.pt](http://www.infomedia.pt). Acesso em 03/06/2010

